



ACÓRDÃO Nº 836/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10826/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Câmara Municipal de Alvarães.

4- Exercício: 2014.

5- Responsáveis: Sr. Ademir Pereira Paes - Presidente da Câmara Municipal de Alvarães à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Relatório Conclusivo nº 48/2015 (fls. 302/329).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2142/2015-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fls. 330/333).

8- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas. Câmara Municipal de Alvarães. Exercício de 2014.

Contas regulares com ressalvas. Multa. Determinação ao responsável e à atual administração do Câmara Municipal de Alvarães. Determinação a próxima comissão de inspeção. Prazo. Cobrança Executiva. Quitação ao responsável.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Regular, com ressalvas, a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Alvarães, exercício de 2014, que tem como responsável o Senhor **Ademir Pereira Paes**, nos termos dos arts. 22, II e 24, da Lei n. 2.423/96 e art. 188, § 1º, II, da Resolução 04/02-TCE/AM;

9.2- Aplicar multa ao Senhor **Ademir Pereira Paes**, como responsável pela Câmara Municipal de Alvarães, no exercício de 2014, no valor de **R\$ 3.000,00** (Três mil reais), com fulcro no art. 53, parágrafo único, da Lei n.º 2.423/96 (Lei Orgânica), em vista da manutenção em caixa do valor de R\$ 69.167,79, não observando os preceitos contidos na Constituição da República no art. 164, § 3º.

9.3- determinar ao responsável e à atual administração do Câmara Municipal de Alvarães que:

9.3.1- Observe com cautela as exigências dos artigo 20, inciso II, da Lei Complementar n.º 06/91 c/c o art.29, da Lei n.º 2.423/96 e o disposto no art. 32, II, alínea h, da Lei nº 2423/96 (redação dada pela Lei Complementar Estadual 120/2013) c/c Resolução 24/13, remetendo dentro do prazo o Relatório de Gestão Fiscal e os balancetes mensais;

9.3.2- Obediência aos comandos constitucionais e legais referentes à necessidade de implantação de um Sistema de Controle Interno, tal como delineado nos arts. 31 e 74 da Constituição Federal.



ACÓRDÃO Nº 836/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.4- Determinar à próxima Comissão de Inspeção da Câmara Municipal de Alvarães o que segue:

9.4.1- Verifique se houve a observância das exigências dos artigo 20, inciso II, da Lei Complementar n.º 06/91 c/c o art.29, da Lei n.º 2.423/96 e o disposto no art. 32, II, alínea h, da Lei n.º 2423/96 (redação dada pela Lei Complementar Estadual 120/2013) c/c Resolução 24/13, remetendo dentro do prazo o Relatório de Gestão Fiscal e os balancetes mensais;

9.4.2- Obediência aos comandos constitucionais e legais referentes à necessidade de implantação de um Sistema de Controle Interno, tal como delineado nos arts. 31 e 74 da Constituição Federal.

9.5- Fixar prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres estaduais do valor da penalidade imposta, com **comprovação** perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02);

9.6- Autorizar desde já a instauração da **cobrança executiva** no caso de não recolhimento do valor da condenação, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n. 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02;

9.7- Dar quitação ao responsável à época da presente Prestação de Contas, Senhor Ademir Pereira Paes, com fulcro no art. 24, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 189, II, da Resolução 04/2002-TCE/AM, após o pagamento da multa imposta, consoante o disposto no art. 53, parágrafo único, da Lei n.º 2.423/96 (Lei Orgânica).

10- Ata: 38ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 14 de outubro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

12.1- Auditor Presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

JOSUÉ CLAUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA
Procurador-Geral, em substituição